

HABEAS CORPUS Nº 502.159 - SP (2019/0093712-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : CASSIANO FIGUEIREDO DOS REIS
ADVOGADO : CASSIANO FIGUEIREDO DOS REIS - SP427726
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIELE APARECIDA CAMARA

DECISÃO

GABRIELE APARECIDA CAMARA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, na Apelação Criminal n. 0001435-28.2017.8.26.0094.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau, à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime aberto, mais multa, pela prática do delito de tráfico de drogas.

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo da acusação a fim de afastar a incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas e tornar a reprimenda definitiva em 5 anos de reclusão, em regime fechado, mais multa.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja aplicada a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, fixado o regime aberto e determinada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Pugna, ainda, liminarmente, a manutenção da paciente em liberdade, em razão da "manifesta ilegalidade contida no acórdão" (fl. 11) e porque é mãe de criança de 1 ano e 2 meses e está grávida de 15 semanas.

O pedido de urgência comporta acolhimento.

Quanto à **incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas**, observo que o Tribunal de origem afastou o benefício, em razão da "apreensão de significativo volume e variedade de entorpecentes – 47 eppendorfs de cocaína (52,3 g), sete porções de crack (0,70 g) e uma de maconha (2,4 g), além de dinheiro, de origem não esclarecida, são evidentes indicadores de dedicação a atividades criminosas" (fl. 405).

Contudo, embora a apreensão de relevante quantidade de

drogas, a depender das peculiaridades do caso concreto, possa denotar a dedicação do acusado a atividades criminosas e, conseqüentemente, a impedir a aplicação da causa especial de diminuição de pena, prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, **considero, ao menos à primeira vista**, que a quantidade e a variedade de substâncias apreendidas em poder da paciente (**52,3 g de cocaína, 0,70 g de crack e 2,4 g de maconha**) não são excessivamente elevadas a ponto de se concluir, por si sós, que ela se dedica a atividades criminosas.

Aliás, registro que o próprio Juiz sentenciante, que teve contato com as provas dos autos de maneira mais direta, chegou, inclusive, a reconhecer a incidência da minorante em comento, aplicando-a no patamar máximo de 2/3.

Ademais, consta dos autos que a paciente permaneceu privada de sua liberdade no período de 30/10/2017 a 6/3/2018 (fl. 355), ou seja, por mais de 4 meses e foi-lhe concedida a liberdade provisória por ser "mãe de criança pequena e [estar] durante período de gestação" (fl. 200).

À vista do exposto, **defiro a liminar** a fim de suspender o cumprimento da reprimenda pela paciente até o julgamento final deste habeas corpus, se por outro motivo não estiver cumprindo pena.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão às instâncias ordinárias.

Devidamente instruídos os autos, dispense a solicitação de informações.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**